

NÃO HÁ INEVITABILIDADES, MAS ESCOLHAS POLÍTICAS

O PEC não tem de ser este. Tem de ser mais equilibrado, mais justo socialmente. Basta que o governo queira!

Deve conciliar medidas de saneamento financeiro com a necessidade de desenvolvimento do país; efectuar uma repartição socialmente equilibrada de custos, abrindo caminho a uma política de redução de desigualdades.

SOMOS CONTRA O PEC PORQUE ELE SIGNIFICA MAIS DESEMPREGO E PRECARIIDADE!

SOMOS CONTRA O PEC PORQUE SOMOS CONTRA A REDUÇÃO DOS SALÁRIOS E PORQUE O PEC NÃO PROTEGE OS MAIS DESPROTEGIDOS.

SOMOS CONTRA O PEC PORQUE ELE AGRAVARÁ AS DESIGUALDADES, A POBREZA E A MISÉRIA.

Está aí o 1.º Maio! Aí lutaremos por caminhos alternativos. O PEC não é um processo fechado. O governo, os partidos de direita, sectores patronais influentes, estão determinados em impor-nos mais sacrifícios. Mas nós resistiremos à sua aplicação e forçaremos a mudança de política. O 1.º de Maio vai mostrar aquilo que queremos e gerar forças para o conquistar.

Os trabalhadores vão mobilizar-se e lutar pelas suas propostas. O povo português tem de reagir ao PEC sob pena de condicionar o desenvolvimento do país.

A CGTP-IN AVALIOU CRITICAMENTE O PEC, MAS APRESENTOU UM VASTO LEQUE DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS.

**O 1.º MAIO TEM DE SER E VAI SER
UM DIA DE COMBATE, DE ACÇÃO,
DE MOBILIZAÇÃO E DE UMA
GRANDE UNIDADE DE TODOS, UM DIA
DE ESPERANÇA E CONFIANÇA.**



40 anos
CGTP
Intersindical Nacional

este PEC NÃO!

**É PERANTE FACTOS
OBJECTIVOS QUE A CGTP-IN
E OS TRABALHADORES
DIZEM E DIRÃO NÃO
ÀS POLÍTICAS DO PEC**

Há ALTERNATIVAS

Em todo o lado se fala do Programa de Estabilidade e Crescimento/PEC e emitem-se opiniões. Governo e patrões, que são os responsáveis pela difícil situação em que vivemos, avançam com as receitas do costume, dirigidas aos mesmos do costume: cortes nos salários e nas pensões por mais uns anos, regressão das condições de reforma na Administração Pública, subsídio de desemprego mais enfraquecido e abaixo do salário mínimo nacional, mais impostos, e um sem número de medidas contra as políticas sociais. O povo e em particular os trabalhadores, sentem a ameaça, o pesadelo, a angústia e indignam-se! Trabalhadores, desempregados, jovens, pensionistas, falam do que lhes está a doer, das injustiças a que estão sujeitos, do que, mais uma vez, lhes querem tirar.

A CRISE TEM CAUSAS E RESPONSÁVEIS

é tempo
de dizer
BASTA!

40 anos
CGTP
Intersindical Nacional

A especulação financeira e imobiliária, o lucro rápido e fácil, a desregulação, a acumulação desmesurada de riqueza, constituíram o rastilho da crise que se alastrou pelo mundo. Não foram os valores dos salários e das pensões, ou os gastos com as políticas sociais que geraram os sérios problemas com que Portugal se debate.

AS CAUSAS FORAM E SÃO:

- O definhamento do sector produtivo, os encerramentos, o desemprego galopante, a precariedade, a diminuição da retribuição do trabalho;
- A transferência de dinheiros públicos para bolsos privados sem controlo e sem exigência de contrapartidas;
- A abundância de lucros para o capital – com os 5 maiores bancos a terem, em 2009, 1926 milhões de Euros de resultados positivos líquidos e os 7 grandes grupos económicos a atingirem 2.900 milhões de lucros, à custa dos sacrifícios das pessoas e da maioria das empresas;
- A subordinação do poder político ao poder económico e financeiro, que impede uma estratégia de desenvolvimento.



É PRECISO MUDAR DE POLÍTICAS

São necessárias políticas que respondam aos problemas sociais, às necessidades das pessoas, ao desenvolvimento da sociedade.

Em 2009, puderam entregar milhões aos grandes accionistas dos bancos e de outros sectores, e agora não podem dar resposta a problemas sociais e ao desenvolvimento económico e social do país?

Reclamamos porque é possível e indispensável:

- o **alargamento do prazo de redução do défice público** para além de 2013, por forma a priorizar o investimento, a criação de emprego, as políticas sociais e o apoio aos desempregados;
- Que os Estados não sejam obrigados a financiar-se nos mercados privados para fazerem face às suas dívidas, com taxas de juro crescentes, quando as entidades financeiras que financiam os Estados são

refinanciadas pelo BCE, a taxas de juro praticamente nulas.

É PRECISO MEDIDAS QUE DESENVOLVAM O PAÍS:

- Melhorar os salários e as pensões e combater as políticas de miséria;
- Dinamizar o sector produtivo e reindustrializar o país;
- Responder às prioridades sociais, principalmente ao flagelo do desemprego, reforçando a protecção social e combatendo a alteração do concei-

Há que acabar com os desequilíbrios na repartição dos impostos
Há que combater com maior eficácia a evasão e a fraude fiscais;
Há que equilibrar o esforço fiscal – não serem só os trabalhadores a pagar;
Há que combater a economia paralela (superior a 35 mil milhões de euros);
Há que acabar com benefícios fiscais não justificáveis socialmente;
Há que taxar o luxo, os prémios chorudos e a especulação bolsista;
Há que acabar com os paraísos fiscais.

É FUNDAMENTAL QUE O PEC INTRODUZA:

- Uma **taxa adicional de IRC** para empresas com volumes de facturação mais elevados;
- Uma **taxa de tributação especial sobre os valores das transacções em bolsa**;
- A **Diferenciação da taxa de IMI** de forma a penalizar as aquisições de imóveis de luxo;
- A **tributação pela taxa de 50% em IRS dos prémios extraordinários dos gestores e dirigentes públicos ou privados**;
- Uma **taxa adicional de IVA sobre produtos considerados de luxo** (automóveis acima de certa cilindrada, barcos de recreio, etc.);
- Uma **taxa extraordinária sobre os valores dos escalões de consumos mais elevados de certos bens**, penalizando os estratos de maior rendimento e/ou incentivando comportamentos ambientalmente mais sustentáveis;
- A **tributação extraordinária das grandes fortunas e das transferências para paraísos fiscais**.

URGE MORALIZAR A VIDA PÚBLICA E A GOVERNAÇÃO

O BEM PÚBLICO É DE TODOS E PARA TODOS E NÃO PODE SUBMETER-SE A INTERESSES DE GRUPOS E LOBBIES

É PRECISO AUMENTAR AS RECEITAS

O ESTADO TEM A OBRIGAÇÃO DE DISPONIBILIZAR UM CONJUNTO DE DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS. OS IMPOSTOS SÃO A SUA PRINCIPAL RECEITA E SERVEM PARA GARANTIR EDUCAÇÃO, SAÚDE, JUSTIÇA, PROTECÇÃO SOCIAL.



to de emprego conveniente, que obriga os desempregados a aceitarem empregos com salários abaixo do valor do próprio subsídio de desemprego, com a consequente redução geral dos salários, o aumento da precariedade e a diminuição dos subsídios futuros;

- Melhorar a qualificação incentivando a formação profissional e a investigação;
- Contribuir para a erradicação da pobreza.

HÁ MUITO ONDE CORTAR NA DESPESA:

- Nos pareceres externos, consulta-

dorias, avenças e contratos que, no OE de 2010, ultrapassam os 1.410 milhões de Euros, racionalizando a aquisição de bens e serviços;

- Renegociar as actuais parcerias dos serviços públicos – privados e não prosseguir com estas opções;
- Acabar com as derrapagens de custos em obras e projectos;
- Na externalização de serviços para necessidades públicas básicas;
- Nos prémios dos gestores e dirigentes, em vez de congelar salários dos trabalhadores.
- Impor transparência na gestão dos concursos públicos;
- Acabar com a substituição precoce das viaturas oficiais dos dirigentes.

AS MEDIDAS CONSIDERADAS INEVITÁVEIS NESTE PEC SÃO ESCOLHAS POLÍTICAS:

- Este PEC, no essencial, responde aos interesses financeiros e não desenvolverá o país;
- Os trabalhadores e a população mais desprotegida são os grandes sacrificados;
- As políticas sociais são fragilizadas;
- As privatizações retiram ao Estado um importante instrumento para o desenvolvimento.